

## MARACUTAIAS E PROTEÇÃO: OS ELEITOS DA ELITE IMPERIAL SOB O OLHAR DE ARTUR AZEVEDO<sup>1</sup>

SILVA, Esequiel Gomes da<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir de algumas crônicas publicadas por Artur Azevedo, nos jornais *Diário de Notícias* e *Novidades*, entre os anos de 1885 e 1889, na seção “De palanque”, bem como de outros textos recolhidos na imprensa diária fluminense, neste artigo tento mostrar, de forma breve, algumas práticas que apontam para um possível apadrinhamento em duas instituições do império, e tento discutir a postura do cronista maranhense que, utilizando-se muitas vezes de linguagem permeada de ironia e deboche, fez de sua seção diária um instrumento de combate às mazelas que tanto o incomodavam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artur Azevedo; Rio de Janeiro; Imprensa; Artes.

## MARACUTAIAS AND PROTECTION: THE ELECTED OFFICIALS OF THE IMPERIAL ELITE UNDER THE GAZE OF ARTUR AZEVEDO

**ABSTRACT:** Based on some chronicles published by Artur Azevedo in the newspapers *Diário de Notícias* e *Novidades*, between 1885 and 1889, in the section "De palanque", as well as other texts collected from the daily press in Rio de Janeiro, in this article I try to briefly show some practices that point to a possible sponsorship in two institutions of the empire, and I try to discuss the posture of the Maranhão chronicler, who, often using language permeated with irony and debauchery, turned his daily section into an instrument to combat the evils that bothered him so much.

**KEYWORDS:** Artur Azevedo; Rio de Janeiro; Press; Arts.

---

<sup>1</sup> Texto publicado inicialmente em minha tese, defendida na Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Assis, sob orientação da professora Silvia Maria Azevedo.

<sup>2</sup> Professor de Literatura na Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba. Email: [esequiel@ufpa.br](mailto:esequiel@ufpa.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6649-8742>.

Em 1885, o maranhense Artur Azevedo assumiu, no Rio de Janeiro, onde residia desde 1873, o posto de cronista na folha matutina *Diário de Notícias*, que começou a circular em 06 de junho daquele ano. Para o novo periódico, o dramaturgo concebeu uma seção cotidiana, intitulada “De palanque<sup>3</sup>”, a qual assinava sob o pseudônimo de ‘Elói, o herói’, e na qual se propunha a tratar de todos os assuntos sobre os quais se achasse apto a opinar. Com esse programa amplo, entravam em seus interesses assuntos relacionados à arte e à cultura e também aos *faits divers*. Apesar da diversidade de assuntos sobre os quais se propunha escrever, não desejava ser pedante e o tom dos textos seria apenas de conversa despretensiosa com o leitor por alguns minutos, informava ele em sua carta-programa. No entanto, repetidas vezes, seus textos perdiam o tom de conversa despretensiosa e se tornavam instrumento de combate às mazelas sociais e de crítica às injustiças praticadas por autoridades do império, como veremos na sequência deste artigo.

No que se refere às manifestações artísticas, um livro publicado, um quadro ou uma escultura exposta em algum estabelecimento cultural da capital do Império, uma peça em cartaz, uma nova produção musical, eram sempre objeto de interesse do cronista. Para ele, a “Arte” era “a coisa mais respeitável do mundo”. Por isso mesmo, além de divulgar e incentivar todas as produções artísticas, utilizava sua seção diária como instrumento de defesa dos direitos de todos os agentes de alguma forma envolvidos com arte e de críticas ferrenhas a decisões consideradas injustas, como a do “curso-comédia” da Academia de Belas Artes, ocorrido em 1887.

Artur Azevedo considerava que um “tratado de propriedade literária” era “uma lei necessária, reclamada por todos os países civilizados, e que a sua vergonhosa ausência apenas” aproveitava “a meia dúzia de salafários” (HEROI, 28 mar.1887, p. 01, n. 063). Argumentava que a “propriedade literária só não” era “uma propriedade na opinião de Sua Majestade o Imperador e dos positivistas” (HEROI, 19 dez.1886, p. 01, n. 559). Na maioria das vezes que abordava temas relacionados às artes, mostrava-se bastante inconformado com a falta de proteção aos artistas.

Por ocasião da viagem de Aurélio de Figueiredo a Montevideú, em setembro de 1885, para onde levava vinte telas, o cronista mostrou-se indignado com a exigência, da Alfândega, de que o pintor pagasse “despacho de exportação para seus quadros”, ou seja, pagar pelo direito

---

<sup>3</sup> Em 1887, por conta de um desentendimento, o cronista transferiu-se com a seção “De palanque” para a folha *Novidades*, onde permaneceu até julho de 1888. No mês seguinte, voltou para o *Diário*, aí permanecendo até 1889.

de tentar vender seus trabalhos no exterior, já que o brasileiro não protegia seus artistas. Também ao governo imperial recairia a culpa por aquele estado de coisas:

Ninguém acreditará que haja um regulamento da Academia de Belas-Artes. Pois é o que lhes digo: haver, há; o que resta saber, é se o cumprem.

O art. 62 desse regulamento determina que haja, no fim de cada ano escolar, uma exposição pública de todas as classes da Academia, e de dois em dois anos uma exposição geral de todos os trabalhos artísticos, feitos na capital do Império e nas províncias.

Por que razão não se cumpre essa parte do regulamento? Que obstáculos têm impedido o cumprimento desse dever? Dar-se-á caso que no orçamento não haja verba para a insignificante despesa dessas exposições, sobre cuja utilidade é escusado insistir?

Convém notar que os concursos para o prêmio de 1ª ordem (art. 73) dependem da exposição geral: só se farão, diz o texto, depois de fechada a Academia.

Segundo o art. 74, de três em três anos, deve ser enviado à Europa um pensionista que ali ficará seis anos, sendo pintor histórico, escultor ou arquiteto, e quatro, sendo gravador ou paisagista.

Façam favor de me dizer que cumprimento tem tido este artigo, e a quantos alunos tem a Academia mantido no velho mundo!

A coisa seria muito explicável se não houvesse na Academia alunos dignos de tal distinção; mas, para não citar outros nomes, aí está Oscar da Silva, que me parece credor de animação e estímulo (HEROI, 20 mar. 1886, p. 02, n. 286).

Considerando que o Brasil atravessava naquele momento o seu melhor período de movimento artístico, segundo o cronista, a Academia havia escolhido mal a ocasião “para meter-se nas encolhas”. Em outra circunstância, com o espírito ainda mais inconformado, comentava sobre a “realidade” da instituição em apreço: os concursos faziam-se, “por lei, de quatro em quatro anos, e, por abuso, uma vez na vida e outra na morte”. O último concurso ao prêmio de viagem ocorrera havia nove anos (HERÓI, 15 nov. 1887, p. 01, n. 250).

Se havia interesse do imperador mecenas em promover a produção cultural do seu Império, as coisas andavam muito frouxas a esse respeito. Indignado com aquele estado de coisas, Artur Azevedo lembrava as tentativas frustradas de alguns homens de letras que entravam para a política, a exemplo do deputado Alfredo Escragnolle Taunay, que em 1886 apresentou projeto para que o governo despendesse uma “quantia insignificante” com a aquisição das composições sacras de José Mauricio Nunes Garcia:



Quem era José Mauricio? Um padre, um mulato, que nunca figurou na política do seu país; um pobre diabo, que fazia música digna de Beethoven, enquanto outros e mais conspícuos cidadãos tratavam de coisas sérias e positivas.

Que loucura, meu caro Sr. Taunay, pretender ocupar com esse velho esquecido a atenção da Câmara dos Srs. Deputados! Pois não estão aí os negócios de Botucatu e o processo eleitoral de Barreirinhas? Para que perturbar com questões de arte a morrinhenta política da Cadeia Velha? A que propósito o ilustre deputado lamentou ainda uma vez o vandalismo praticado na fachada da Academia de Belas-Artes? E vandalismo houve? Pois se temos Paula Freitas, que necessidade há de respeitar a memória de Grandjean de Montigny? Se temos o Correio e a Imprensa Nacional, bem podemos dispensar a tal fachada! (HEROI, 22 maio 1886, p. 01, n. 348).

As palavras do cronista foram motivadas pelo fato de os deputados terem se comportado desdenhosamente durante a leitura do projeto, cujo objeto fora considerado como futilidade. Certamente, esse tipo de postura contribuía ainda mais para reforçar a visão negativa de Artur Azevedo sobre a política – esse “asqueroso monstro” – e seus agentes.

Indignação maior Artur Azevedo experimentou em 1887, diante dos resultados de um concurso da Academia de Belas Artes para o tão cobiçado prêmio de viagem à Europa. Ao apontar uma maracutaia no concurso para escolha do ganhador, o cronista chegou a sugerir o fechamento da instituição:

A nossa Academia de Belas Artes acaba de fazer mais uma das suas. O resultado do julgamento do concurso de viagem à Europa anima-me a propor ao Governo Imperial que mande por uma vez passear diretor, mestres e alunos, e dê outro destino, mais útil, ao edifício da Academia. Nós somos refratários às artes: para que diabo havemos de nos andar metendo funduras, não me dirão?

A *Flagelação de Cristo*, premiada pela congregação, é uma das piores, se não a pior, das sete que se acham expostas. Não tem originalidade, não tem desenho, não tem por onde se lhe pegue. Há erros de perspectiva dignos de palmatória; a luz é mal distribuída, o segundo plano escuro, apesar de uma larga porta aberta e um céu de primavera, e o primeiro iluminado, sem que se saiba de onde vem a luz. [...]

Reconhecendo isto, os professores Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa, que divergiram – pudera! – dessa escolha, vão protestar contra a decisão da Academia.

O Governo Imperial deve tomar em consideração esse protesto. De quem são os votos que se opõem ao de Bernardelli, o ilustre autor do *Cristo e a adúltera*, e ao de Zeferino, o artista de raça que pintou o *Óbulo da viúva* e a *Invocação a Santa Cecília*? Entre esses juízes há

apenas um pintor, o Sr. Medeiros, mas o Sr. Medeiros teve a infelicidade de dever a sua entrada para a Academia àquela *Morte de Sócrates*, que é uma das vergonhas da nossa Pinacoteca...

Este concurso deve ser anulado, porque representa a mais revoltante injustiça de quantas se têm praticado até hoje – e não são poucas – na Academia de Belas Artes.

A nossa inteligente e generosa princesa, que é artista, e tem mais de uma vez provado saber aquilatar o mérito alheio; a nossa Princesa, que acaba de moralizar a comenda da Rosa, pregando-a ao peito de Ramalho Ortigão e de Emanuel – não sancionará certamente esse atentado, como muito bem lhe chama hoje Oscar Guanabara. Tanto mais que por aí se ressoa que o candidato premiado é protegido por Sua Alteza, e dessa proteção, que talvez não exista, nasceu o escândalo que tem causado geral indignação (HEROI, 10 nov. 1887, p. 01, n. 246).

As esquisitices no estabelecimento seriam recorrentes, mas naquele momento assumiam maiores proporções, uma vez que corria o boato de que a Princesa Imperial Regente estava envolvida na maracutaia, na condição de protetora do premiado. No caso em questão, mesmo se não houvesse proteção da Regente, a liberdade de imprensa permitia que o cronista protestasse contra os desmandos da direção da Academia e do governo imperial, e fizesse conjecturas, confirmando que o apadrinhamento era prática recorrente à época e que as pessoas tinham consciência disso.

Para tentar convencer os leitores acerca da “injustiça” na escolha da pintura que receberia o prêmio de viagem, utilizou-se da estratégia de questionar a competência dos membros da congregação para votar em um concurso de tamanha importância. Argumenta que “entre os juízes” haveria apenas um pintor, José Maria de Medeiros, mas este “teve a infelicidade de dever a sua entrada para a Academia àquela *Morte de Sócrates*”, considerada como “uma das vergonhas da nossa Pinacoteca”. Nas entrelinhas do discurso, a sugestão de que, com tal “histórico profissional”, o dito José Maria não teria autoridade no assunto de que se tratava. Possivelmente, ele mesmo teria sido apadrinhado.

O concurso não havia sido realizado, mas apenas consumado, dizia o cronista em outra oportunidade. Cumpre observar que o suposto protegido era Oscar Pereira da Silva, o mesmo jovem que, aos olhos de Artur Azevedo, quando se ressentia da falta de cumprimento dos estatutos da Academia, seria “credor de animação e estímulo”. De fato, o mancebo parecia-lhe mesmo ser talentoso, já que, em muitas ocasiões, o cronista da “De palanque” não economizou elogios para seus quadros. No entanto, a proteção era coisa escandalosa porque reprimia talentos e enaltecia mediocridades.



O tema do malogrado concurso foi a *Flagelação de Cristo* e das sete provas apresentadas pelos candidatos nenhuma poderia ser considerada digna do cobiçado prêmio. Entretanto, dois concorrentes, Hilarião da Silva e Belmiro de Almeida, mesmo levando em consideração os defeitos de seus quadros, teriam se destacado notavelmente dos demais competidores. Embora a composição daquele fosse considerada mesquinha e paupérrima, na concepção dos descontentes com a escolha, a cabeça de Cristo por ele pintada valeria mais do que todos os outros quadros. Entretanto, no quadro deste último é que se encontrariam mais elementos que o indicavam para o prêmio de viagem. Em outros momentos, Belmiro de Almeida também já havia recebido vários encômios de Artur Azevedo.

Fazendo coro com os descontentes, encontramos também L. S. e Oscar Guanabarro, que publicaram seus textos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente. No periódico de Ferreira de Araújo, aquele se propôs a fazer um resumo da exposição das provas e, como forma de protesto contra a suposta maracutaia que havia premiado uma “bota<sup>4</sup>”, escreveu um texto permeado de deboche e sarcasmo:

O concorrente que pintou o quadro n. 5 ficou meio azul com a história. Como fundo, como quadro, este é o melhor. Um pátio com colunas dóricas, nichos com estátuas, baixos relevos. O Cristo tem o colorido das bonecas de vitrine de cabeleireiro, mas as figuras são desenhadas, qualidade rara nos sete quadros. Os assistentes têm movimento e expressão, os diversos planos são bem distintos, todo o quadro tem ar e luz.

Para um dos soldados, *pousou* o Sr. Vilas Boas, xilógrafo; um outro, achando que as coisas estão quentes, incha as bochechas para soprar.

[...]

O autor do quadro n. 4 amarrou o Cristo pelas mãos a uma coluna, em ponto alto; o supliciado procura livrar-se e deixa-se cair no chão, com todo o peso do corpo, para livrar-se das cordas; não o consegue, conseguindo, porém, esticar o tronco, que chega a dimensões extravagantes. À direita – indico as posições sempre em relação a quem vê o quadro – um flagelador torce-se todo, a ver se pode chegar ao corpo do Cristo com um bacalhau de quatro pernas. Enquanto não apanha o jeito, equilibra as quatro pernas do bacalhau sobre o cabo. Entre os assistentes há um pobre cego de boca deformada por uma moléstia cruel, de que me lembra já ter visto a reprodução em um museu de anatomia patológica. A meia altura da coluna, aparece, pelo lado de trás desta, a mão de um homem que ninguém vê, e

---

<sup>4</sup> Gíria de ateliê, usada à época para designar pintura de baixa qualidade artística, conforme se vê em crônica de 14 de setembro de 1885, na qual Artur Azevedo transcreve uma carta de Gonzaga Duque-Estrada.

que parece estar ali para fazer *pendant* a uma outra mão de um sujeito que está encostado à parede do fundo. Podem as duas jogar peteca.

O quadro n. 6 foi o preferido pela Academia. Fundo negro, cortado por uma porta, que deixa ver a cidade. A luz, a julgar por algumas figuras, vem da direita do espectador; a julgar pela projeção de algumas sombras, vai da frente para o fundo. O sombrio do quadro parece pesar sobre os personagens e acachapá-los; há um flagelador, o da esquerda, muito bem penteado, que, se continua a encolher-se, acaba por ficar com a cabeça entre os pés. Fita rancorosamente o Cristo, com a corda levantada, como quem diz: se pias, apanhas. Por cautela excessiva, tem o braço esquerdo em posição de aparar golpes, pouco verossímeis da parte de um Cristo que, sobre ser Cristo, está amarrado. À direita, agachado, um sujeito prepara-se para laçar o Nazareno à rio-grandense. Ao fundo há uma criança, a chorar, visivelmente inspirada por umas fotografias que aí andam representando as diversas caretas dos bebês chorões. A mãe dessa criança tem a cara visivelmente mais criança que a filha. Creio que a Academia deu o prêmio a este quadro, pelo apuro com que estão desenhados os olhos de Cristo. Até parecem desenhados por mim, modéstia à parte. (L. S., 10 nov. 1887, p. 01, n. 314, *grifo do autor*).

No mesmo periódico, na crônica de domingo, em que se passava em revista os principais acontecimentos da semana, encontramos também um primor de deboche, desta vez apontando para a recorrência de falta de integridade na Academia, onde, segundo o articulista, não se verificava “nenhuma transformação de hábitos nem de costumes”. O jornalista ainda questionava as decisões da comissão julgadora, cuja opinião teria andado “divorciada da justiça e da retidão”, desmoralizando-a diante do público leitor:

E força é reconhecer que um tal ou qual bom senso presidiu ao julgamento, e que nem Salomão houvera proferido mais sábia sentença: pois que se tratava de eleger quem mas precisava ir estudar, pôs-se mão sobre quem denunciou menos saber – o que é progresso em matéria de julgamento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 nov. 1887, p. 01, n. 317).

Com um texto permeado de recriminações e críticas à famigerada Academia de Belas Artes e aos procedimentos dos envolvidos no concurso, Oscar Guanabara também abordou o assunto. De modo geral, sua opinião se assemelhava à de Artur Azevedo e à do articulista da *Gazeta de Notícias*: as decisões da comissão, ou da congregação, como preferiam falar, não teriam repousado no espírito da justiça, causando inevitável revolta nas pessoas apreciadoras das belas artes. Em seu extenso texto, publicado n’*O País*, nem mesmo o regulamento da instituição passou incólume, como podemos conferir no trecho abaixo:

O regulamento daquela academia é uma verdadeira monstruosidade.

É bastante acentuar ter sido ele promulgado em 1856, há 31 anos, quando ministro do império Luiz Pedreira de Conto Ferraz.

Improfícuos têm sido os nossos esforços para obter um exemplar desse regulamento; só há um, na própria academia, e tão emendado por um chuveiro de avisos, que dá lugar a quantas interpretações julgarem necessárias os interessados.

[...]

Dessa irregularidade dos estatutos queixam-se os interessados, e com toda razão, visto que, no caso atual pelo menos, a escolha foi das mais infelizes, falecendo aos julgadores competência artística na especialidade em questão.

E prova de que essa comissão não está de acordo com a verdade, é que os trabalhos expostos dão campo largo para severa crítica, impondo moralmente à diretoria o dever de publicar o parecer dos Srs. professores que se revoltaram com revoltante injustiça sobre assunto tão melindroso, sem estudar perfeitamente todas as questões. [...]

É uma pequena questão de hábito, e os Srs. professores, como todas as pessoas que estão habituadas a ver quadros, já sabiam que a tela n. 6 pertencia àquele que de antemão era *apontado* como o futuro pensionista do Estado na Europa. (GUANABARINO, 10 nov. 1887, p. 02, n. 1131, *grifo do autor*).

Segundo o articulista, o velho documento, isto é, o regulamento da Academia, escrito havia três décadas, poderia ser considerado um sintoma do pouco caso em relação à arte. Além disso, na instituição parecia haver resquícios de um certo absolutismo, já que a comissão em cujas mãos estava a incumbência de julgar o trabalho não teria sido eleita pelos professores, mas designada pelo diretor, Antônio Nicolau Tolentino.

Semelhantemente a Artur Azevedo, em seu protesto, Oscar Guanabarinó sinalizou para um provável apadrinhamento, argumentando que, embora as provas, ou seja, os trabalhos apresentados, não fossem assinados pelos candidatos, ainda assim seria possível encontrar marcas de estilo que denunciavam os autores e isso favoreceria o suposto beneficiado.

A certeza da impunidade por conta de declarações em público que pudessem pôr em xeque a honra de alguém, levava Guanabarinó a listar os nomes dos oito professores<sup>5</sup> que teriam votado no quadro de Oscar Pereira da Silva para em seguida desqualificar suas opiniões: “O

---

<sup>5</sup> Bethencourt da Silva, excelente professor de arquitetura, mas sem competência legal para decidir sobre o merecimento de pintura histórica; João Maximiano Mafra, professor de desenho de ornatos; José Maria de Medeiros, professor de desenho figurado; Ernesto Moreira Maia, professor de desenho geométrico; Rosendo Muniz Barreto, professor de anatomia e fisiologia das paixões; Teófilo Leão, professor de história das artes, estética e arqueologia; Domingos Araújo, professor de matemáticas; Conselheiro Nicolau Tolentino, diretor da Academia de Belas Artes.

que valem esses oito votos?”. Não teriam valor suficiente para dar a vitória ao “quadro n. 6, do aluno Oscar Pereira da Silva”, que apresentava defeitos que o tornavam “ridículo, como o fato de estarem os judeus com túnicas de pelúcia, belbutina e tangas de cetim” (GUANABARINO, 10 nov. 1887, p. 01, n. 1131).

As opiniões dos três articulistas – Artur Azevedo, L. S. e Oscar Guanabarinno – convergiam ao apontarem o quadro de Belmiro de Almeida como o melhor, dentre todas as “botas” apresentadas no concurso, seguido pelo de Hilarião da Silva.

Os resultados do concurso desagradaram também a Rodolfo Bernardelli e João Zeferino da Costa, dois “insuspeitos professores” da Academia de Belas Artes, levando-os a apresentar um protesto ao governo imperial contra a escolha do quadro de Oscar da Silva. Aproveitando-se da decisão dos lentes e valendo-se de certo exagero – o apadrinhado já teria sido “despachado cavalheiro da Rosa” –, Artur Azevedo continuava a lembrar aos seus leitores a necessidade de anulação do “concurso-comédia”:

Diante desse protesto, firmado por duas autoridades tão competentes, o Governo não pode de modo algum ficar de braços cruzados, e a Princesa Imperial Regente deve intervir, tanto mais que vai crescendo o boato, em que não creio, de que Sua Alteza influiu diretamente para a *escandalosa proteção* de que foi alvo o Sr. Oscar da Silva. Ontem à tarde corria com insistência que o jovem pintor já tinha sido despachado cavalheiro da Rosa.

O concurso deve ser anulado; para justificar esse ato, é mais que suficiente o protesto de Bernardelli e Zeferino. *Honos alit artes*<sup>6</sup>, como diria o Sr. Dr. Castro Lopes<sup>7</sup> (HEROI, 11 nov. 1887, p. 01, n. 247, *grifos nossos*).

O protesto que Bernardelli e Zeferino da Costa dirigiram ao governo imperial, representado interinamente pela princesa Isabel, foi publicado na *Gazeta de Notícias*, em 13 de novembro, mas isso era apenas uma formalidade, porque a imprensa já havia feito as queixas, assoalhando o escândalo e mostrando a teia de relações existente na Academia.

Bernardelli e Zeferino da Costa começam o texto do recurso fazendo uma espécie de trajetória profissional: antes de alcançarem os títulos de professores da Academia Imperial de Belas Artes, haviam sido pensionistas “do Estado na Europa, onde, durante oito anos, aperfeiçoaram-se como deviam, nas especialidades a que tinham se dedicado”. Além disso, o

---

<sup>6</sup> A honra alimenta as artes. Cf. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*.

<sup>7</sup> Gramático com o qual Artur Azevedo se envolveu em algumas polêmicas. Era conhecido por sua “mania” de explicar origem e significado de provérbios.

fato de terem sido “assim considerados pensionistas na Europa, onde conviveram sempre naquela atmosfera flagrante de artes, que tanto ilustra e civiliza o homem, enriquecendo-o de cabedais intangíveis, adquiridos à custa de muita perseverança e estudo”, os teria colocado em posição privilegiada frente à Academia. Tanto mais que naquela ocasião eram responsáveis por duas das principais cadeiras da academia: escultura e pintura. Ou seja, lembravam à princesa que os cargos que ocupavam na instituição haviam sido conquistados por mérito. Isso equivalia também a dizer que detinham discurso de autoridade para discorrer sobre o assunto, já que eram professores de pintura e arquitetura. Entretanto, queixavam-se, em relação ao famigerado concurso teria havido uma “quase desconsideração” de suas opiniões. Sobre os procedimentos da comissão julgadora, lembravam os professores:

Os abaixo-assinados sentem não poder discutir artigo por artigo do aludido parecer, em virtude de não tê-lo presente; comprometem-se, porém, a fazê-lo se se lhes fornecer cópia dele; não obstante, não podem deixar de estranhar que a comissão tendo sido analítica na apreciação artística de alguns quadros e sintética nas de outros (como procedeu principalmente a respeito do quadro n. 6) fosse analítica e contraditória, em relação ao quadro n. 5 e resumida no trabalho de arquitetura, sob n. 8; trabalho este de grande importância, impossível de ser analisado e discutido em tão poucas horas, como o fez a comissão.

O quadro n. 6 (o premiado) está tão longe de *ser considerado por profissionais* em primeiro lugar, conforme julgou a comissão e acompanharam-na os Srs. professores de ciências acessórias, que ainda os abaixo-assinados hesitam em dar a este quadro o 4º lugar (COSTA; BERNARDELLI, 13 nov.1887, p. 02, n. 317, *grifos nossos*).

Quando não fosse outra coisa, o posicionamento de Bernardelli e Zeferino da Costa serviu ao menos para que a Regente fosse à exposição ver os tais quadros e publicasse seu parecer a respeito, que não era o mesmo da comissão, como Artur Azevedo fez questão de lembrar. No entanto, não tivemos acesso ao documento para que pudéssemos conferir o conteúdo.

Os dias se passavam e o autor de *A capital federal*, em sua seção “De palanque”, à época no jornal das *Novidades*, evocando a imprensa como júri, desqualificando a decisão da comissão julgadora e “intimando” a Princesa Regente, continuava a bradar para que a “injustiça” fosse desfeita: “ou anula-se o concurso, ou deixa-se de pé uma tremenda imoralidade” [...] “Diante do juízo unânime da imprensa, não pode deixar de ser anulado o cerebrino julgamento da congregação...”.

Se a congregação da Academia deseja mandar para a Europa o Sr. Oscar da Silva, faça-o à sua custa, sem a formalidade de um concurso-comédia, sem ofender direitos alheios, sem escandalizar a opinião pública; se a nossa magnânima Princesa tem, como se diz, muita simpatia pelo referido Sr. Oscar, simpatia que eu sou o primeiro a aplaudir, Sua Alteza poderá, sem sacrifício, despende do seu bolsinho particular os 500 francos mensais com que a Academia pretende recompensar ao jovem pintor o ser simplório (HEROI, 17 nov. 1887, p. 01, n. 252).

Provavelmente, como tentativa de mobilizar o maior número possível de adeptos para combater a causa da “imoralidade” do concurso, e colocando-se como porta-voz de uma parcela da população, o cronista argumentava que as falcatruas já se não articulavam “como antigamente, sem o menor respeito pela opinião pública”. Com um “otimismo” nem sempre presente em seus escritos, defendia que o brasileiro começava “a compreender que a arte é uma coisa séria, e que o artista não pode estar a mercê de medalhões e magnatas”. E por fim, deixou um recado para as autoridades: era “preciso que de uma vez por todas suas senhorias” se convencessem: “quem dá dinheiro para manutenção da Academia, quem fornece mesada aos pensionistas, quem paga o pato, enfim, é o povo, e pelo povo fala a imprensa” (HEROI, 17 nov. 1887, p. 01, n. 252).

Porém, para desalento do cronista, até dia 26 de novembro, não havia sido tomada decisão alguma a respeito do famigerado concurso. Naquela data, talvez em virtude da descrença no desenrolar dos acontecimentos, usou seu poder de argumentação para tentar manipular o suposto protegido da Regente:

Mesmo quando o concurso não seja anulado, o candidato escolhido, que é um moço de brio, não deve aceitar o prêmio. Ir a Roma contra o voto dos dois professores mais ilustres da Academia, e depois de tamanha irresolução por parte do governo, é ir a Roma e não ver o papa.

Esse prêmio, obtido debaixo de um chuva de imprecações da imprensa, do público e dos artistas, há de pesar-lhe nos bolsos como se o fosse roubado.

A própria consciência a todo o instante lhe lembrará a iniquidade de que foram vítimas os seus colegas. O seu prazer de viajar e aprender será incompleto, se o jovem artista tiver, como deve ter, pois não é nenhum idiota, o sentimento de sua mediocridade (HEROI, 26 nov. 1887, p. 01, n. 260).

Em 29 de dezembro, Artur Azevedo volta a discorrer sobre o concurso, mas sem entrar no mérito de discutir o desfecho. Seu interesse pelo assunto veio por meio de um relatório, apresentado por João Zeferino da Costa, na sessão de julgamento dos trabalhos escolares de 1887. Provavelmente, movido por um espírito de rebeldia, o professor de pintura expôs as mazelas da instituição, chamando atenção para o precário funcionamento: salas de aulas com problemas de iluminação e sem móveis e acessórios indispensáveis ao estudo de pintura; falta de modelos para as aulas de pinturas; falta de materiais, como tinta, óleo, cartões e telas; caótico horário de aulas e aulas sem método algum (HEROI, 29 dez. 1887, p. 01, n. 286). Na mesma ocasião, tomado de ressentimento por conta daquele estado de coisas, o cronista sugeriu que a Academia deveria ser “reformada *de fond en comble*<sup>8</sup> ou suprimida”.

O “concurso-comédia”, entretanto, ainda renderia assunto para outras crônicas. Em 5 de março de 1888, Artur Azevedo comentava sobre uma decisão do Conselho de Estado, favoravelmente à anulação do concurso. Dois dias depois, com bastante satisfação, falava sobre os resultados obtidos por meio dos protestos, como podemos conferir no trecho abaixo, em que cita as decisões do Ministro do Império e da Regente:

Não me posso eximir de congratular-me com Sua Alteza Imperial e com o Sr. Ministro do Império pela anulação do último concurso ao prêmio de viagem, realizado na Academia de Belas Artes, e do qual ainda anteontem me ocupei largamente. É para todos motivo de júbilo a inutilização de um ato que premiava a mediocridade em detrimento do verdadeiro mérito (HEROI, 07 mar. 1888, p. 01, n. 052).

Apesar do entusiasmo, em outra crônica, publicada aproximadamente cinco meses depois, na qual comentava a nomeação de Escragnolle Taunay para o cargo de diretor da Academia de Belas Artes, o jornalista deixa dúvidas a respeito do desfecho da história:

– Belmiro de Almeida partiu ontem para Roma, onde pretende estudar. Aí está em que deu o último concurso da Academia. Indignado pela grave injustiça de que foi vítima, o esperançoso artista, alguns amigos, a cuja frente se acha Rodolfo Bernardelli (o que é uma glória para Belmiro) cotizaram-se e ofereceram-lhe os recursos indispensáveis para permanecer alguns anos na Europa.

---

<sup>8</sup> De cima a baixo.

Folgo de registrar que para esse fim concorreu o Estado, comprando a graciosa e prometedoras tela dos *Arrufos*, que já figura na Pinacoteca (HEROI, 01 ago. 1888, p. 01, n. 1145).

De qualquer forma, o “esperançoso artista” teve um final feliz no drama, ou na comédia, que se representava na cúpula da Academia e se comentava na imprensa. Se o Estado não conseguiu fazer justiça, mandando o jovem pintor para a Europa, na condição de pensionista, uma rede de relações à margem do poder oficial lhe garantiu a oportunidade de buscar em terras alheias o que nosso país não podia oferecer, como dizia Artur Azevedo.

Entretanto, as esquisitices nas instituições oficiais iam além dos “concursos-comédia”. Também no ano de 1887, Artur Azevedo e seus colegas da imprensa se posicionaram contra a nomeação de Alfredo Camarate, músico amador e crítico musical do *Jornal do Comércio*, para o cargo de inspetor do Conservatório de Música, órgão vinculado à Academia de Belas Artes:

Imediatamente tratei de me informar quem era o nomeado, e passei pela sensaboria de saber que o nomeado era um amador; o Sr. Alfredo Camarate.

Aprecio este meu colega de Imprensa: leio sempre com muito prazer as suas críticas dramáticas e musicais, louvo a sinceridade e aplaudo a competência do seu juízo; mas a sua nomeação para superintendente do ensino da música num estabelecimento oficial é verdadeiramente escandalosa. Es-can-da-lo-sa (HEROI, 20 mar. 1887, p. 01, n. 649).

Pelas páginas de *O País*, vemos que a diretoria do órgão decidiu entrar com representação contra a nomeação, considerada escandalosa por várias razões: acreditava-se que ao nomeado faltava “as condições legais para exercer o referido cargo”; outro ponto que parecia pesar contra o novo inspetor era o fato de ele ser estrangeiro e somente depois da nomeação ter requerido “carta de naturalização”; além disso, argumentava-se que havia músicos profissionais, inclusive professores do Conservatório, sob os quais poderia ter recaído a escolha do ministro do Império, que teria se guiado antes pelas afeições pessoais do que pelo desejo de atender ao serviço público (O PAÍS, 19 mar. 1887, p. 01, n. 895).

Em outro artigo, também publicado n’*O País*, o articulista comentava que a escolha do ministro do Império infringia o regulamento do Conservatório, segundo o qual, para o cargo em questão só poderia ser nomeado um professor efetivo ou algum músico distinto, nacional ou estrangeiro. Na sequência, sugeria que, para evitar desgostos entre os professores do Conservatório, e para demonstrar a capacidade dos pretendentes ao cargo, seria mais prudente que se realizasse um concurso. Com isso, o ministro se livraria de possíveis acusações, visto

que todos compreenderiam que a nomeação havia sido feita “sem a pressão imediata de algum empenho poderoso”. Concluía lamentando que, entre nós, “Sua Majestade o Empenho” haveria “de ser sempre superior a todas as leis e a todas as conveniências do serviço público” (O PAÍS, 20 mar. 1887, p. 01, n. 896), o que significava dizer que o ministro estava apadrinhando Alfredo Camarate.

Com um misto de resignação e deboche, Artur Azevedo concluía sua crônica a respeito do caso, expondo as “inconsistências” reinantes nas nomeações: “como já tivemos um almirante na direção da Estrada de Ferro Pedro II, e como já temos visto na nossa terra coisas ainda mais estapafúrdias que a nomeação do meu ilustrado colega, o melhor é fechar o bico e receber as coisas como se apresentam” (HEROI, 20 mar. 1887, p. 01, n. 649).

Como mostrou o próprio Artur Azevedo, em 1 de dezembro de 1887, estapafúrdia também foi a situação vivenciada por dois médicos – Nuno de Andrade e Cipriano de Freitas – candidatos à cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, outrora ocupada por Torres Homem, morto naquele mesmo ano. Ambos requereram transferência para a mencionada cadeira, tendo este último alcançado votação unânime. No entanto, a “cobiçada transferência” foi concedida a Nuno de Andrade. Diante da trama, Artur Azevedo não perdeu a oportunidade de provocar o governo imperial, lembrando o caso do malfadado concurso da Academia de Belas Artes:

Se o Governo não fez caso do parecer da congregação da Faculdade de Medicina para prover a cadeira de clínica médica, menos caso deve fazer do parecer da congregação da Academia de Belas Artes para escolha do candidato ao prêmio de viagem.

O Sr. Ministro do Império, que é um homem de alta capacidade, acaba de abrir uma porta larga, por onde poderá entrar o eloquente protesto de Bernardelli e Zeferino (HEROI, 01 dez. 1887, p. 01, n. 264).

Assoalhava-se, por meio da imprensa, que a prática de levar os requerimentos à votação não passava de uma encenação, tendo em vista que o governo desconsiderava os resultados, nomeando de acordo com sua vontade. Posturas como esta, do tipo que se poderia chamar de “absolutista”, certamente contribuiriam para o aumento da descrença do povo nas autoridades imperiais.

A *Gazeta de Notícias* também protestou contra a nomeação, por meio de um grande texto em que criticava o estatuto da Faculdade e a atitude do governo em desconsiderar o resultado da votação: o governo teria nomeado Nuno de Andrade porque era de seu interesse e tinha autoridade para isso, afirmava o articulista. Cumpre enfatizar que Nuno de Andrade, a

não ser por uma absoluta coincidência de nomes, é o mesmo que compareceu ao tribunal como perito de defesa do processo em que Francisca de Castro era ré, como mostramos em outro artigo<sup>9</sup>. Se sua transferência para a cadeira de clínica médica tiver sido mesmo uma espécie de prêmio pelos serviços prestados durante o julgamento da “desumana senhora”, isso ilustra bem as teias de relações que efetivamente existiam nos bastidores das instituições imperiais.

Distante do ambiente da Corte, mas ainda na esteira das falcatruas, cumpre destacar os protestos ocorridos por ocasião do resultado de um concurso realizado na Faculdade de Medicina da Bahia, como lembrou Artur Azevedo, em crônica publicada em 20 de fevereiro de 1886. O concurso anunciado, no qual se inscreveram três candidatos, Antônio Rodrigues Lima, Climério Cardoso de Oliveira e Deocleciano Ramos, seria para provimento da cadeira de clínica obstétrica e ginecológica da referida faculdade. Dos três inscritos, Rodrigues Lima foi, por unanimidade, classificado em primeiro lugar, e a respectiva congregação propôs ao Governo que fosse ele o nomeado. No entanto, o governo fez “ouvidos de mercador” e nomeou Climério Cardoso de Oliveira, gerando grandes protestos tão logo se divulgou a notícia.

A julgar pelo que fica exposto, e pelo que mostra a história oficial, apesar da existência de leis, estatutos, regimentos, enfim, documentos cuja finalidade era garantir um melhor funcionamento do Estado e de suas instituições, as relações eram baseadas no favor, no filhotismo e no apadrinhamento<sup>10</sup>, dando forma a um grande esquema de proteção. Em virtude disso, naquela sociedade, quem não tivesse padrinho teria que procurar outros meios para conseguir realizar seus sonhos de distinção social ou profissional. Nessa situação parecia estar o comerciante português Joaquim José de Oliveira que, desejando obter um título de barão, recorreu ao estelionatário José Miguel de Lima e Silva, que lhe vendeu um falso título, tornando-o, por isso, ridicularizado na sociedade e no teatro<sup>11</sup>.

Em viagem de volta da Europa, em 1883, a bordo do vapor Senegal, Artur Azevedo conheceu a condessa de Barral, com quem conversou longamente durante a travessia do oceano. Nas conversas, a “paixão do imperador<sup>12</sup>” teria prometido usar sua influência para conseguir para o cronista o posto de cônsul do Brasil na França, mas a promessa não pôde ser cumprida (MAGALHÃES JR., 1966, p. 34). Em crônica publicada no *Correio do Povo*, em 11 de janeiro de 1891, o jornalista maranhense recordou o episódio, fazendo alusão a uma carta que recebera

---

<sup>9</sup> Refiro-me ao artigo **Sob a tutela dos bacharéis: as práticas jurídicas da capital do império na pena de Artur Azevedo**, publicado na *Revista Eletrônica Falas Breves*.

<sup>10</sup> Cf. Roberto Schwarz (2000); Sérgio Buarque de Holanda (2002); Emília Viotti da Costa (2010).

<sup>11</sup> No artigo referido na nota 08 falo sobre o assunto, que ficou conhecido como “Caso Bilontra”.

<sup>12</sup> A expressão é de Mary Del Priore.

da condessa, desculpando-se por não ter cumprido a promessa. No entanto, aquela não era a primeira situação fracassada de apadrinhamento, como testemunhou em crônica publicada em 15 de dezembro de 1885:

Basta confessar que, depois de numerosas peripécias, cheguei ao Rio de Janeiro aos dezenove anos, com um número igual de ilusões e de cartas de recomendação, mas sem vintém no bolso. As ilusões, guardei-as, – por sinal que ainda conservo algumas. Quanto às cartas de recomendação, só me servi de quatro, e rasguei as outras quando um senador da minha terra, depois de ler a quarta, em que lhe diziam que eu era um rapaz inteligente e com muita disposição para as letras, ofereceu-se para arranjar-me um lugar de condutor de *bond*, e ainda era preciso que eu pedisse emprestados a um usurário os 200\$ precisos para a respectiva fiança. Agradei e recusei a proteção do grande homem, “apesar de que (acrescentei), num lugar de condutor de *bond*, como em qualquer outra posição que estivesse reservada aos meus acanhados méritos, eu teria o prazer de ver sempre S. Ex. adiante de mim...” O que equivalia a chamar-lhe burro (HEROI, 15 dez. 1885, p. 02, n. 192).

Anos depois seria agraciado por um político maranhense, que lhe abriu as portas do serviço burocrático (MAGALHÃES JR., 1966, p. 17). Ao que parece, Artur Azevedo condenava não a prática da proteção em si, mas a proteção feita nos moldes ocorridos na Academia de Belas Artes e na Faculdade de Medicina, onde se realizavam concursos e votações de fachada. Ou haveria um descompasso entre o discurso e a prática do cronista?

## REFERÊNCIAS

- CONSERVATÓRIO de Música. *O País*, Rio de Janeiro, n. 896, p. 01, 05. col., 20 mar. 1887.
- COSTA, João Zeferino da; BERNARDELLI, Rodolfo. Academia das Belas Artes. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 317, p. 02, 01. col., 13 nov. 1887.
- CRÔNICA Semanal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 317, p. 01, 02. col., 13 nov. 1887.
- GUANABARINO, Óscar. Arte. Academia de Belas Artes. *O País*, Rio de Janeiro, n. 1131, p. 02, 08. col., 10 nov. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 100, p. 01, 02. col., 14 set. 1885.



- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 192, p. 02, 01. col., 15 dez. 1885.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 259, p. 01, 02. col., 20 fev. 1886.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 286, p. 02, 01. col., 20 mar. 1886.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 348, p. 01, 02. col., 22 maio 1886.
- HERÓI, Elói o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 559, p. 01, 02. col., 19 dez. 1886.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 649, p. 01, 03. col., 20 mar. 1887.
- HERÓI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 063, p. 01, 01. col., 28 mar. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 246, p. 01, 04. col., 10 nov. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 247, p. 01, 04. col., 11 nov. 1887.
- HERÓI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 250, p. 01, 05. col., 15 nov. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 252, p. 01, 04. col., 17 nov. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 260, p. 01, 04. col., 26 nov. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 264, p. 01, 04. col., 01 dez. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 286, p. 01, 04. col., 29 dez. 1887.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Novidades*, Rio de Janeiro, n. 052, p. 01, 04. col., 07 mar. 1888.
- HEROI, Elói, o. De palanque. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1145, p. 01, 03. col., 01 ago. 1888.
- MAGALHÃES, Jr, Raimundo. *Artur Azevedo e sua época*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- L. S., Belas Artes. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 314, p. 01, 07. col., 10 nov. 1887.
- PAÍS, O, Rio de Janeiro, n. 895, p. 01, 05. col., 19 mar. 1887.